

Relatório-síntese do II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - II ENEJA

Centro de Tecnologia Educacional – Campina Grande – PB
07 a 09 de setembro de 2000

REALIZAÇÃO:

Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil e Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba

APOIO:

SESI, SESC, CEAAL, UNDIME, UFPB, UEPB, UNIPE, SEEPB, SEC de João Pessoa

Esta síntese preliminar do relatório do II ENEJA está estruturada em quatro partes: inicialmente trata do contexto em que o Encontro se realizou, abordando, a seguir, os conceitos de educação de jovens e adultos, parcerias e estratégias de articulação; por fim, expõe os encaminhamentos e moções aprovados em plenária⁽¹⁾.

I. Contexto

O II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos realizado de 7 a 9 de setembro em Campina Grande (PB) significa um esforço de organização nacional e configura um espaço público de debates em torno das questões desse campo educativo. Dele participaram 109 pessoas indicadas pelos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, RAAAB, SESC, SESI, UNDIME e CONSED. Sua realização é parte do processo de mobilização de um conjunto de agentes das esferas governamental e não governamental (muitos dos quais encontram-se aglutinados em torno aos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos organizados em 8 estados brasileiros) engajados em atividades de acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Ministério da Educação em reuniões internacionais realizadas a partir de 1990, quando teve lugar em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial de Educação para Todos.

Ao longo dessa década teve especial relevância o processo de mobilização preparatório à V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Hamburgo, Alemanha: 1997), quando uma série de encontros municipais, estaduais e regionais convergiram para um Encontro Nacional realizado em Natal (RN) em setembro de 1996. Uma característica comum a estes encontros foi o reconhecimento da diversidade de experiências e

atores que intervêm na educação de jovens e adultos no Brasil, bem como a necessidade de sua participação na construção de políticas públicas nacionais.

Na Conferência de Hamburgo, o Brasil assinou diversos compromissos públicos, dentre os quais o de participar da estratégia regional de seguimento das políticas nacionais, coordenada pela UNESCO. Foi no âmbito dessa estratégia que em outubro de 1998 realizou-se um seminário nacional em Curitiba, preparatório à reunião sub-regional dos países do Mercosul e Chile, que ocorreu em Montevidéu em novembro do mesmo ano. Nas reuniões de Curitiba e Montevidéu ficou indicada a necessidade de promoção periódica de encontros nacionais de educação de jovens e adultos, tradição essa inaugurada em setembro de 1999 com a realização do I ENEJA no Rio de Janeiro, cujo tema foi a construção de uma política articulada entre os diferentes segmentos governamentais e não governamentais.

O II ENEJA é, portanto, um desdobramento deste processo, e pretendeu dar continuidade ao debate iniciado no Encontro do Rio acerca da ampliação e melhoria da qualidade da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil. Como objetivos específicos, o II ENEJA se propôs colocar em discussão os conceitos de alfabetização e parceria que informam diferentes projetos de educação de pessoas jovens e adultas em curso no país, além de articular os diversos fóruns estaduais e regionais dedicados ao tema.

II. Conceitos de Educação de Jovens e Adultos

O II ENEJA teve um caráter eminentemente pedagógico, buscou aprofundar conceitos relacionados à educa-

¹ A equipe de relatoria foi constituída por: Alexandre Aguiar (SAPÉ); Domingos B. Nobre (CEDAC); Eliane D. Furtado (UFCE); Jane Paiva (UERJ); José Barbosa da Silva (UFPB); Leôncio J. Gomes Soares (UFMG); Maria Aparecida Zanetti (UFPR); Sandro Soares de Souza (UERN); Sílvia Tavares (Ação Educativa).

ção de pessoas jovens e adultas e analisar criticamente as parcerias realizadas nesta área, além de delinear estratégias de articulação nacional e internacional.

A discussão tomou como ponto de partida o conceito de alfabetismo (ou letramento), em suas duas dimensões: a dimensão individual, que compreende os aspectos relativos ao processo de apropriação da base alfabética da língua escrita; e outra sociocultural, que se refere às possibilidades e variedades de uso da leitura e da escrita na vida social. Os estudos e pesquisas que tomam por base este conceito mostram ser necessário um tempo relativamente longo, de aproximadamente quatro anos de escolaridade, para que os sujeitos se apropriem efetivamente da leitura e da escrita e dela façam uso social.

O conceito de alfabetismo foi abordado frente a três aspectos: políticas, práticas e pesquisa.

Destacou-se que a educação de jovens e adultos tem sido, ao longo da história, um campo politizado, pois remete a processos de exclusão cuja reversão tem fortes implicações sociopolíticas. Mesmo que não se possa estabelecer uma relação direta e uniforme entre esses elementos, há diversos estudos que relacionam a alfabetização e escolarização adquirida na idade adulta a outros fatores de desenvolvimento humano, como a eficiência no ambiente de trabalho, a redução de índices de natalidade e de mortalidade infantil, melhoria dos níveis de nutrição e rendimento escolar das crianças cujos pais receberam maior educação.

Utilizou-se das seguintes categorias para analisar os modelos existentes de intervenção em políticas públicas: campanhas, programas e projetos. As campanhas caracterizam-se por ser uma intervenção massiva, intensa, de curta duração, com metas estabelecidas e fortes componentes de mobilização; os programas são intervenções mais institucionalizadas, de longo prazo; e os projetos uma atuação mais pontual, voltada a atender um grupo social específico. Considerando a história da educação de jovens e adultos no Brasil e seus resultados, qualquer política pública para este segmento deve realizar-se por meio de programas sistêmicos, educação continuada.

Com relação às práticas educativas, constata-se uma mudança de foco: a ênfase desloca-se do código para a busca do sentido em situações significativas; programas mais alongados, com mudanças curriculares; maior exigência de qualidade, formação e profissionalização dos educadores, melhores materiais e equipamentos.

No plano da pesquisa educacional também se observam mudanças que apontam para uma maior diversifi-

cação temática. Ainda há necessidade de sistematização de experiências e investigação, sendo esta uma forma de apreender os sentidos que a área vem reconstruindo em suas práticas, porque são estas, em última instância, que modificam os conceitos vigentes.

Como explicar o fato de que o avanço na produção do conhecimento ao longo destas últimas décadas não repercute nas políticas públicas modificando estruturas arcaicas e viciadas de organização do ensino com jovens e adultos no sistema educacional? Essa é, ainda, uma questão sem resposta.

Quanto às políticas do MEC, prevaleceu a análise de que a prioridade para o ensino fundamental de crianças e adolescentes esconde a falta de compromisso do governo federal com a educação de jovens e adultos, que desrespeita o direito constitucional da população e negligencia o dever do Estado de ofertar ensino fundamental para todos, independentemente de idade. Ao contrário das políticas de curto prazo que estão sendo promovidas, há que se aprofundar a compreensão e os sentidos de educação continuada de jovens e adultos ao longo da vida. Quanto aos demais atores envolvidos nas políticas de educação de jovens e adultos, observou-se que as secretarias municipais de educação são os agentes privilegiados na coordenação das ações em nível local.

Observa-se um atraso histórico frente ao desafio proposto em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de que a formação de professores se dê, até meados da próxima década, no nível de ensino superior. As universidades públicas ainda não ofereceram resposta satisfatória às necessidades de formação de educadores das redes públicas de ensino, que precisam ter sua formação inicial ampliada. Por outro lado, algumas universidades privadas estão ocupando o espaço da formação com cursos de curta duração de qualidade discutível.

III. Parcerias e estratégias de articulação

Tomando por referência o Marco de Ação de Dakar¹, o consultor da UNESCO Jose Rivero destacou os seguintes tópicos:

- ✓ Não basta proclamar a participação, mas é preciso delimitar tempo e espaço para facilitá-la, a partir do âmbito local;
- ✓ É necessário pensar novas estratégias para a educação de jovens e adultos que permitam sua articulação com diferentes instâncias;
- ✓ É necessário sensibilizar todos os grupos da

¹ O Marco de Ação de Dakar foi publicado em encarte no Informe em Rede n. 26, de maio de 2000.

sociedade civil para a importância do atendimento educativo a esta população;

- ✓ As redes de articulação assumem importante papel de intercâmbio e sistematização de práticas;
- ✓ É estratégica a criação de um Fórum Regional Latino-americano e Caribenho para discutir a educação de jovens e adultos.

Na história recente do Brasil, as estratégias de mobilização e articulação com vistas à educação de jovens e adultos foram direcionadas, nos anos 85 a 90, para o plano jurídico, e nos anos 90 para as políticas públicas. Hoje, tais articulações são intersetoriais, descentralizadas e horizontais.

O debate sobre a participação na formulação e avaliação das políticas públicas de educação básica assinalou que a relação das organizações da sociedade civil e movimentos sociais com o Estado brasileiro é contraditória. Políticas públicas conservadoras podem ser modificadas pela pressão da sociedade civil organizada. Exemplos de mecanismos de participação democrática nas políticas sociais públicas são os conselhos de gestão, comissões paritárias e projetos em parceria.

Alguns desafios estão postos aos fóruns estaduais, enquanto espaços de participação e articulação:

- a) constituir-se em interlocutores reconhecidos nas instâncias decisórias, assumindo papel propositivo na definição de políticas públicas;
- b) exercer o convívio e o diálogo na diversidade, expressando a pluralidade de concepções e formas de atuação dos seus integrantes;
- c) criar condições e meios para uma maior articulação nacional entre os diversos fóruns;
- d) criar instrumentos de pressão política, que influenciem nas políticas públicas de educação de jovens e adultos nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Quanto às parcerias entre organismos governamentais e não governamentais na promoção da educação de jovens e adultos, há que se definir e assumir com clareza critérios para sua publicização: horizontalidade entre os parceiros na fases de concepção, desenvolvimento e avaliação dos projetos; equidade na representação dos parceiros nas instâncias gestoras; transparência, probidade e economicidade na gestão dos recursos.

Não obstante a legitimidade de reivindicação de espaços de participação direta da sociedade civil na mobilização social, no desenho e na avaliação de políticas públicas de educação básica, reafirma-se que o setor público é o único detentor de institucionalidade

suficiente para universalizar o acesso à educação, capaz de mobilizar recursos para implantar políticas públicas permanentes.

O Estado não tem assumido o papel que lhe cabe na implantação de políticas públicas universais, transferindo para a sociedade civil obrigações constitucionais que deve cumprir. Enquanto o analfabeto for considerado passível de “adoção” e o analfabetismo uma “mancha a ser apagada”, estaremos longe de um desenho de política conseqüente de educação de jovens e adultos, já que estes termos denotam preconceitos e remetem a estratégias de campanha e políticas compensatórias. Ainda que seja necessário atender à demanda que não encontra espaço no sistema escolar, deve-se fazê-lo sempre na perspectiva de construção de políticas públicas permanentes.

O papel dos movimentos sociais e das organizações civis na educação de jovens e adultos é sobretudo aquele de valorizar a cultura, pautando os temas que dizem respeito à diversidade de sujeitos do processo educativo, com relação aos quais têm produzido materiais pedagógicos e sistematizado experiências que precisam ter continuidade. Nesse sentido, seu trabalho direto deve contar com apoio técnico adequado para que possam assumir e levar a cabo suas capacidades.

Ainda com relação ao tema das parcerias, os debates em grupo alertaram para a recorrência de casos em que, mesmo quando o projeto inicial de parceria aponta para a possibilidade de institucionalização das iniciativas ou para garantia de ingresso dos egressos das classes de alfabetização no ensino fundamental, ocorrem fatos que desestruturam ou descontinuam os projetos, como cortes de verbas e até quebra de contrato entre as instituições parceiras.

IV- Encaminhamentos e moções da plenária

Na plenária final do Encontro foram aprovadas propostas de encaminhamento debatidas e apresentadas pelos grupos de trabalho e sintetizadas pela equipe de relatoria. São elas:

- ✓ Encaminhar ao governo federal, ao Programa Alfabetização Solidária, ao PRONERA, aos reitores de universidades e ao CRUB uma moção de repúdio a certos encaminhamentos recentes de parcerias na educação de jovens e adultos;
- ✓ Participar dos espaços de articulação, organização e formulação de políticas de educação de jovens e adultos, tais como Fóruns, comissões estaduais e municipais;
- ✓ Dar providências imediatas para implantação de novos Fóruns;

- ✓ Sistematizar e circular as informações entre os fóruns, publicando um documento sobre sua história e funcionamento;
- ✓ Estabelecer uma rede de articulação para realização de pesquisas que resgatem a história e ações de educação de jovens e adultos nos estados onde já existem Fóruns;
- ✓ Investir no campo da pesquisa e diagnóstico tendo em vista a organização de um “banco de dados”, observando as questões relativas a gênero, raça e etnia, na perspectiva de qualificar as intervenções no campo das políticas públicas em educação de jovens e adultos;
- ✓ Dar atenção à diversidade cultural, étnica e de gênero na educação de jovens e adultos, nas discussões dos Fóruns e outras instâncias;
- ✓ Criar, nas Universidades, espaços de articulação e sistematização de experiências, a fim de contribuir na discussão e formulação de políticas públicas, bem como na formação e capacitação dos educadores;
- ✓ Que as organizações não governamentais, sindicatos e movimentos que desenvolvem projetos de educação de jovens e adultos articulem a ação pedagógica com a ação política, visando incidir nas políticas públicas educacionais;
- ✓ Lutar pelo financiamento federal para o desenvolvimento de políticas educacionais de educação de jovens e adultos;
- ✓ Enfatizar a compreensão de que a educação de jovens e adultos não se restringe ao período de alfabetização, mas que se constitui em um direito e, portanto, deve se dar ao longo da vida;
- ✓ Incluir na discussão de políticas públicas as demandas do portador de necessidades especiais nos programas de atendimento da educação de jovens e adultos.
- ✓ Integrar à educação de jovens e adultos atendimento médico e psicológico, nos casos em que houver demanda, visando garantir melhor desempenho dos alunos.

Foram feitas propostas tendo em vista a realização do III ENEJA:

- ✓ Que aborde o tema *Educação de Jovens e Adultos como Direito Fundamental: A Quem Cabe Cumprir*, contemplando também os temas da diversidade geracional dos jovens e adultos e da articulação dos fóruns.
- ✓ Que aconteça preferencialmente em um dos estados que já têm Fórum constituído e que inclua a participação ativa dos educandos, dos movimentos populares e dos educadores nas atividades programadas, assegurando-se espaços para a socialização de experiências;
- ✓ Que se intensifiquem as ações junto às instâncias

federais a fim de garantir a participação dos atores que vêm sendo responsáveis pela atual política de educação de jovens e adultos, como o MEC e o Ministério do Trabalho;

- ✓ Que cada Fórum busque organizar eventos até o final do 1º semestre de 2001, abordando a(s) temática(s) definida(s) para o III ENEJA, visando articular os educadores e preparar o Encontro.

O plenário indicou uma comissão de articulação composta por: Timothy Ireland, do Fórum da Paraíba, Moacir Gadotti, da RAAAB e Maria Clara Di Pierro, do CEAAL, com a incumbência de agendar em conjunto com o CONSED, a UNDIME e representante dos fóruns já constituídos, uma audiência com o Ministro da Educação, levando o documento final do II ENEJA e uma carta propositiva contemplando as questões e os encaminhamentos já recomendados para a educação de jovens e adultos, tais como: a) definição de uma política pública nacional; b) legitimidade dos Fóruns como interlocutores; c) (re)criação da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos; d) planejamento estratégico (com recursos alocados) para atender à demanda no marco dos 15 anos da Conferência de Dakar.

Síntese da moção dos participantes do II ENEJA

Os participantes do II ENEJA – educadores e representantes de organizações não governamentais, universidades, movimentos sociais, secretarias municipais e estaduais de educação dos diversos estados brasileiros, organismos do “sistema S” e sindicatos – manifestam a sua indignação com a recusa do governo federal, através do MEC, em implementar uma política educacional que contemple efetivamente a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica.

A atual política governamental no atendimento à educação de jovens e adultos encontra-se dispersa em órgãos como o Ministério do Trabalho, o Ministério da Reforma Agrária e o INCRA, o Ministério da Educação e se realiza em programas de cunho compensatório e projetos com caráter de campanha – a exemplo da Alfabetização Solidária e do PRONERA – que não atendem às demandas sociais, geram descontinuidade e repercutem negativamente no trabalho pedagógico.

Neste sentido, reafirmamos a necessidade da construção conjunta entre governo e sociedade civil, de políticas públicas que viabilizem uma educação de jovens e adultos de qualidade, reconhecida como direito e de acesso universal.